



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
VI CURSO DE COMANDO E DIREÇÃO POLICIAL

Trabalho Individual Final

**A Inteligência Artificial e a Proteção de Dados: dilema
ou desafio ético?**

Auditor/a

Mariana Cristina Duro Morgado

Comissário M/153567

Lisboa, 3 de outubro de 2025

VICTORIA DISCENTIUM

REFERÊNCIAS

- Agência para a Modernização Administrativa. (2025). Guia para a Inteligência Artificial (v. 1.2). <https://bo.digital.gov.pt/api/assets/etic/f610e9a3-39a4-443d-ac5e-b28de0673964/>
- Aminu Ibrahim, Y., Ancuceanu, B., Ardenghi, L., Berardi, G., Bularca, L.-D., Carbone, R., . . . Varošanec, I. (2025). AI and public administration: The (legal) limits of algorithmic governance. (A. C. Ciacchi, M. L. Rojas, L. Lane, & T. Nowak, Edits.) https://www.julia-project.eu/sites/default/files/2025-05/Final%20Handbook_%20AI%20and%20Public%20Administration_%20The%20%28legal%29%20limits%20of%20algorithmic%20governance.docx.pdf#:~:text=The%20JuLIA%20Handbook%20on%20AI%20and%20Public%20Administration
- Clemente, P. J. (2024). Dados pessoais e inteligência artificial. *Polis*, *s.2, n. 09*, pp. 75-77. <https://doi.org/10.34628/PN3F-2Q39>
- Comissão Europeia. (2018). Inteligência artificial para a Europa. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0237>
- Comissão Europeia. (2022). Declaração Europeia sobre os direitos e princípios digitais para a década digital. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52022DC0028>
- Correia, P. M., & Jesus, I. O. (2013). O lugar do conceito de privacidade numa sociedade cada vez mais orwelliana. *Direito, Estado e Sociedade*(43), 135-161. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.17808/des.43.372>
- Couto, B. A., & Rodrigues, H. M. (2024). Estudo 3 - O Papel das Tecnologias de Inteligência Artificial na Adaptação das Capacidades Militares às Ameaças Modernas - Contributos para o seu Emprego. (A. C. Esteves, Ed.) *Cadernos do IUM - Inteligência Artificial: Estudos Pioneiros em Contexto Militar*(60), pp. 97-132. <https://www.ium.pt/art/794/104/0>
- Decreto Regulamentar n.º 5/95, de 31 de janeiro, regulamenta a manutenção de uma base de dados pessoais pela Polícia de Segurança Pública. (1995). *Diário da República n.º 26/1995, Série I-B de 1995-01-31*, 582-584. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar/5-1995-141778>
- Fernandes, L. F. (Julho-Setembro de 2020). Inteligência Artificial. Desafios e Oportunidades para a Polícia. *Polícia Portuguesa, V série, N.º 2*, pp. 30-35. https://www.researchgate.net/publication/349042943_Inteligencia_Artificial_Desafios_e_Oportunidades_para_a_Policia
- INCoDe.2030. (2019). AI Portugal 2030: Portugal National Initiative On Digital Skills. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABACzMDQxAQ3h%2ByrBAAAAA%3D%3D>

- Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital. (2021). *Diário da República n.º 95/2021, Série I de 2021-05-17*, 5-10. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/27-2021-163442504>
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados p. (2019). *Diário da República n.º 151/2019, Série I de 2019-08-08*, 3-40. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/58-2019-123815982>
- Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, que aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) 2016/680 do Parl. (2019). *Diário da República n.º 151/2019, Série I de 2019-08-08*, 41-68. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/59-2019-123815983>
- Machado, P. (2022). Prefácio. Em A. L. Júnior, E. B. Filho, J. B. Silva, P. J. Gomes, W. F. Sandes, A. L. Júnior, N. N. Fernandes, & P. Machado (Edits.), *Ciências Policiais: Conceito, Objeto e Método de Investigação Científica* (pp. 13-23). Centro de Investigação (ICPOL) do ISCPSI. <http://hdl.handle.net/10400.26/51649>
- Magalhães, A. R., Crestani, A. C., Gonçalves, A., Franco, L. C., Pérez, M. Q., & Farias, T. T. (Edits.). (2024). *Inteligência Artificial e Manutenção da Ordem Pública: impacto da proposta de Regulamento da IA no direito português [Relatório Final do Projeto Exploratório]*. Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/116635>
- Modelo Baseado no Risco. (2025). *AI Act*. <https://digital.gov.pt/regulamentacao/ai-act/modelo-baseado-no-risco>
- Moleirinho, P. M., & Fontes, J. (2024). Estudo 4 - Aplicação da Inteligência Artificial ao Serviço da Função Policial. (A. C. Esteves, Ed.) *Cadernos do IUM - Inteligência Artificial: Estudos Pioneiros em Contexto Militar*, pp. 133-177. <https://www.ium.pt/art/795/140/0>
- National Police Chiefs' Council. (2025). Artificial Intelligence (AI) Playbook for Policing. <https://library.college.police.uk/docs/NPCC/Artificial-intelligence-playbook-policing-2025.pdf>
- National Police Chiefs' Council. (2023). Covenant for Using Artificial Intelligence (AI) in Policing (Version 1.1). Science & Technology in Policing. https://science.police.uk/site/assets/files/4682/ai_principles_1_1_1.pdf
- Oliveira, A. (2019). *Inteligência artificial*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Oliveira, A. (2025). *A Inteligência Artificial Generativa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regul. (2016). *Jornal Oficial da União Europeia, L 119*, 1-88. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679>
- Regulamento (UE) 2022/868 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2022, relativo à governação europeia de dados e que altera o Regulamento (UE) 2018/1724 (Regulamento Governação de Dados). (2022). *Jornal Oficial da União Europeia, L 152*, 1-44. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022R0868>
- Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, que cria regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial e que altera os Regulamentos (CE) n.o 300/2008, (UE) n.o 167/2013, (UE) n.o 168/2013, (UE) 2018/858,. (2024). *Jornal Oficial da União Europeia, L*, 1-144. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202401689
- Sartor, G. (2020). The impact of the General Data Protection Regulation (GDPR) on artificial intelligence. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2020/641530/EPRS_STU\(2020\)641530_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2020/641530/EPRS_STU(2020)641530_EN.pdf)
- Silva, J. P. (2024). *Direitos Fundamentais para o Universo Digital*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Tavares, L. A., & Alvarez, B. A. (2017). Da proteção dos dados pessoais: uma análise comparada dos modelos de regulação da Europa, dos Estados Unidos da América e do Brasil. (M. V. Onodera, & T. B. Filippo, Edits.) *Brasil e EUA: Temas de Direito Comparado*, pp. 155-203. <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=94288>
- Vicente, P. N. (2023). *Os Algoritmos e Nós*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.